

ESTATUTO SOCIAL DA AFA-PR
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO INSTITUTO EMATER – AFA-PR
Assembleia Extraordinária do dia 23/08/2024

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, ÁREA DE AÇÃO, DURAÇÃO E ANO SOCIAL

Artigo 1º - A Associação dos Funcionários do Instituto EMATER, sigla AFA-PR, sem fins econômicos, fundada em 15 de setembro de 1983, rege-se pelo presente Estatuto Social e disposições legais vigentes, tendo:

- I** - Sede administrativa na Rua Da Bandeira, 500, CEP 80035-270, Cabral, Curitiba - PR no município de Curitiba e foro jurídico na Comarca de Curitiba, Estado do Paraná;
- II** - Área de ação, para efeito de admissão de associado efetivo, associado familiar e associado previdenciário, abrange todo o território nacional;
- III** - Prazo de duração indeterminado;
- IV** - Ano social compreendido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II
OBJETIVOS DA AFA

Artigo 2º – A AFA-PR tem por finalidade:

- a)** Defender os interesses dos associados em consonância com as prerrogativas deste Estatuto Social;
- b)** Lutar pela melhoria das relações e condições de trabalho, saúde e qualidade de vida dos seus associados;
- c)** Celebrar convênios, contratos, termos de parcerias e afins, com órgãos e entidades públicos e privados, visando benefícios técnicos, científicos, econômicos, sociais e culturais aos associados;
- d)** Combater, no âmbito de sua ação, os preconceitos de raça, gênero, religião, geração ou quaisquer outras formas de preconceitos discriminatórios;
- e)** Defender e promover a liberdade de expressão;
- f)** Fomentar a participação organizada dos associados no sentido de que a AFA-PR seja um instrumento de fortalecimento das ações focadas para o desenvolvimento rural, pesquisa e extensão rural oficial;
- g)** Promover ações visando o convívio harmonioso e construtivo entre seus associados e que congregam categorias e diferentes profissões, perfis ideológicos e de posicionamento político entre seus associados;
- h)** Promover encontros de associados, palestras, seminários e outras atividades, visando o aprimoramento técnico, profissional e cultural dos associados e seus familiares;
- i)** Propiciar benefícios aos seus associados e familiares, como o acesso a plano de saúde, previdência complementar, seguro de vida e outros benefícios, desde que atendida às normas estabelecidas pela(s) operadora(s) dos respectivos planos(s), atendida a legislação vigente e características de tipo de associado;
- j)** Defender as políticas de pesquisa e assistência técnica e extensão rural gratuita e de qualidade, quantitativamente suficiente, preferencialmente para a agricultura familiar;
- k)** Defender a preservação do meio ambiente e das políticas públicas para o setor rural do Paraná;

- l) Lutar pelo fortalecimento e pela sustentabilidade do serviço de Pesquisa e ATER;
- m) Defender os princípios e a consolidação da Pesquisa e da ATER Oficial;
- n) Apoiar e contribuir com as entidades representativas dos agricultores familiares e trabalhadores rurais nas lutas pela pesquisa e ATER de qualidade;
- o) Propor, desenvolver e defender atividades de direitos coletivos e difusos.

CAPÍTULO III

ASSOCIADO EFETIVO, FAMILIAR E PREVIDENCIÁRIO, DIREITOS E DEVERES

SEÇÃO I

ADMISSÃO DE ASSOCIADO EFETIVO, FAMILIAR E PREVIDENCIÁRIO

Artigo 3º – A AFA possui 3 (três) categorias de associados:

I - Associado efetivo:

- a) Empregado público e servidor público titular de cargo efetivo, no exercício de suas funções remanescentes do quadro de servidores do extinto Instituto EMATER, ou aposentados.
- b) Servidor efetivo titular de cargo efetivo, no exercício de suas funções, nomeados a partir da criação do Instituto IDR-Paraná.

II - Associado previdenciário: Funcionário ativo ou aposentado do sistema SEAGRI e funcionários ativos assistidos da AFA-PR, exclusivamente para fins previdenciários;

III - Associado familiar: dependentes do associado da categoria efetiva, como cônjuge, companheiros (as) e filhos maiores de 18 anos e/ou dependentes econômicos definidos em Lei ou por decisão judicial.

§ 1º - Poderão aderir ao plano previdenciário, aqueles que guardem relação de parentesco até o 4º grau, inclusive na condição de cônjuge, companheiros(as), noras e genros e/ou dependentes econômicos definidos em Lei ou por decisão judicial, dos associados previdenciários;

§ 2º - A categoria de Associado Previdenciário está isenta de mensalidade social.

§ 3º - A categoria de Associado Familiar, assim como o associado efetivo, não está isenta de mensalidade social.

a) Como associado efetivo o empregado público e servidor público titular de cargo efetivo, que concorde com as disposições do presente Estatuto Social;

b) Como associado previdenciário o empregado público e servidor público titular de cargo efetivo ou aposentado do sistema SEAGRI; empregado público assistido da AFA-PR, que concorde com as disposições do presente Estatuto Social;

c) Como associado familiar: Dependentes do associado da categoria efetiva, como cônjuges, companheiros(as) e filhos maiores de 18 anos e/ou dependentes econômicos definidos em Lei ou por decisão judicial, que concorde com as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo Único – para o associado familiar se filiar a AFA-PR é necessário que o associado efetivo também seja ou tenha sido associado até o seu falecimento. Após o falecimento do associado efetivo os familiares terão até 90 (noventa) dias para se filiarem à AFA-PR.

Artigo 4º - Para associar-se à AFA-PR, o interessado preencherá e assinará a respectiva Proposta de Admissão fornecida pela Associação, apresentando no ato da inscrição CPF ou CNH.

Parágrafo Único - O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior ao número de associados necessários para a composição da Diretoria Estadual, Conselho Fiscal e Coordenação de Núcleos.

Artigo 5º - Cumprido o disposto no artigo anterior, o associado adquire os direitos e assume os deveres e obrigações, decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - São direitos do Associado Efetivo:

- a) Votar e ser votado para cargos da estrutura administrativa da AFA-PR;
- b) Usufruir dos serviços e dos benefícios oferecidos pela Associação;
- c) Recorrer ao órgão competente contra qualquer ato lesivo a seus direitos;
- d) Pedir demissão do quadro social da AFA-PR.

§1º - O empregado público e servidor público titular de cargo efetivo do extinto Instituto Emater que se aposentar poderá continuar como associado da AFA-PR.

§2º - Poderá permanecer na condição de associado, o empregado público ou servidor público titular de cargo efetivo que obtiver Licença junto ao extinto Instituto Emater ou for cedido ou colocado à disposição de outros Órgãos.

§3º - O empregado público e servidor público titular de cargo efetivo do extinto Instituto Emater que aderir a Programas de Demissões Voluntárias, poderá permanecer como associado.

§4º - O empregado público e servidor público titular de cargo efetivo do extinto Instituto Emater que se desligar do IDR-Paraná, poderá continuar associado à AFA-PR.

Artigo 7º - São deveres do Associado Efetivo:

- a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações dos demais órgãos da AFA-PR;
- b) Participar das Assembleias da AFA-PR;
- c) Votar por ocasião das eleições;
- d) Participar dos eventos promovidos pela AFA-PR e trabalhar pelo seu fortalecimento e bem-estar dos associados;
- e) Zelar pelo patrimônio moral e social da Associação;
- f) Executar com zelo e dedicação a função para a qual foi eleito ou indicado;
- g) Pagar pontualmente, as obrigações contraídas junto à Associação;
- h) Quando pedir demissão do quadro social, quitar à vista os débitos contraídos na Associação;
- i) O associado deverá manter em dia os pagamentos de suas obrigações financeiras;
- j) O empregado público e servidor público efetivo deverá autorizar o pagamento das suas obrigações financeiras por débito em conta bancária, boleto bancário ou desconto no benefício pago pela FUSAN (Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social);
- k) O associado deverá autorizar por escrito a forma de pagamento das suas obrigações financeiras junto a AFA-PR.

Artigo 8º – São direitos do associado previdenciário:

- a) Participar do Plano Família denominado Plano Família denominado Plano Gera mais Previdência ou de benefícios específicos para sua categoria;

Parágrafo Único - Perde de forma automática a condição de associado previdenciário no momento do desligamento do Plano Família denominado Plano Gera mais Previdência.

Artigo 9 – São deveres do associado previdenciário:

- a) Cumprir e fazer cumprir este estatuto e as deliberações dos demais órgãos da AFA-PR;
- b) Prestigiar os eventos de cunho previdenciário promovidos pela AFA -PR e trabalhar pelo seu fortalecimento e bem-estar dos associados;

Parágrafo Único: O Associado Previdenciário não terá direito a voto e nem ser votado.

Artigo 10 – São direitos do Associado Familiar:

- a) Usufruir dos serviços e dos benefícios oferecidos pela AFA-PR, relacionados ao plano de saúde, plano odontológico, plano de previdência GERA e seguro de vida coletivo, mediante a contratação dos respectivos produtos.
- b) Recorrer ao órgão competente contra qualquer ato lesivo a seus direitos;
- c) Pedir demissão do quadro social da AFA-PR.

Artigo 11 - São deveres do Associado familiar:

- a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações dos demais órgãos da AFA-PR;
- b) O associado deverá manter em dia os pagamentos de suas obrigações financeiras;
- c) Quando pedir demissão do quadro social, quitar à vista os débitos contraídos na Associação;
- d) O associado deverá autorizar a forma de pagamento das suas obrigações financeiras, seja débito automático ou boleto bancário.

Parágrafo Único: O Associado familiar não terá direito a voto e nem ser votado.

SEÇÃO II

DESLIGAMENTO, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS

Artigo 12 - A perda da condição de associado poderá se dar a pedido do interessado.

Parágrafo Único - O pedido deverá ser por escrito e encaminhado ao Diretor Presidente da AFA-PR.

Artigo 13 - A Diretoria poderá suspender o associado que:

- a) Utilizar indevidamente os serviços, benefícios e convênios oferecidos pela AFA-PR;
- b) Infringir as disposições deste Estatuto Social;
- c) Praticar atos lesivos aos interesses e objetivos da Associação.

Artigo 14 - Será excluído do Quadro Social da AFA-PR o associado que:

- a) Praticar ato atentatório ao conceito e moral da Associação;
- b) Utilizar os recursos da AFA-PR em benefício próprio ou de terceiros e causar prejuízos ao patrimônio da Associação;
- c) Contrariar as disposições do Estatuto Social;
- d) Não estiver em dia com suas obrigações financeiras junto à AFA-PR, com inadimplência superior a 60 dias;
- e) Vier a falecer, após comprovado óbito por meio de atestado.

Artigo 15 - Ao associado suspenso ou excluído caberá recurso:

§1º - Os casos previstos neste estatuto serão avaliados por membros da Diretoria Estadual e apuradas as possíveis irregularidades;

§2º - Caberá a Diretoria Estadual, após a análise do Relatório Conclusivo, aplicar ou não as penalidades previstas neste Estatuto Social;

§3º - O motivo que determinou a suspensão ou exclusão do associado, assinado por um Diretor, deverá ser formalizado através de correspondência que comprove a data de envio e recebimento;

§4º - O comunicado da decisão será remetido ao associado, por processo que comprove data de remessa e de recebimento;

§5º - Ao associado suspenso ou excluído caberá, dentro de 15 dias úteis contados da data do recebimento da notificação, apresentar recurso por escrito à Diretoria Estadual;

§6º - Apresentado o recurso pelo associado, o Diretor Presidente da AFA-PR irá deferir ou indeferir em 15 dias, comunicando a decisão ao Conselho Deliberativo;

§7º - Decorrido o prazo e não havendo apresentação de recurso, ou sendo o mesmo julgado improcedente, a punição ao associado será efetivada;

§8º - O associado excluído não poderá retornar ao quadro social da AFA-PR.

Artigo 16 - A punição estatutária aplicada ao associado não o exonera de responder, penal e civilmente por prejuízos causados, cabendo à Associação promover as ações cabíveis.

Artigo 17 - A Diretoria deverá excluir o associado por:

a) Falecimento;

b) Incapacidade civil não suprida.

Artigo 18 - No caso de desligamento, suspensão ou exclusão o associado não terá direito a restituição de quaisquer contribuições financeiras feitas à AFA-PR, bem como aos recursos financeiros, de fundos estatutários, aplicações financeiras e demais bens patrimoniais.

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS SOCIAIS

SEÇÃO I ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 19 - A Assembleia Geral dos Associados, que pode ser Ordinária ou Extraordinária, é o órgão máximo e soberano da AFA-PR, tendo, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, poderes para tomar toda e qualquer decisão de interesse social, e suas deliberações vinculam todos os associados, ainda que ausentes e discordantes.

Artigo 20 - A Assembleia Geral será convocada e dirigida pelo Diretor Presidente da AFA-PR:

Parágrafo Único - Quando a ordem do dia versar sobre matéria que envolva diretamente a atuação da Diretoria, a Assembleia deverá ser conduzida pelo Presidente do Conselho Fiscal, ou por associado indicado.

Artigo 21 - A Assembleia Geral Extraordinária poderá, também, ser convocada por:

a) 1/3 (um terço) dos membros da Diretoria Estadual;

- b) 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos;
- c) Presidente do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – após formalizado, a Assembleia Extraordinária deverá ocorrer em até 20 dias.

Artigo 22 - Em qualquer das hipóteses referidas nos artigos 19 e 20, as Assembleias Gerais serão convocadas através de Edital de Convocação com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias, com intervalos de 30 minutos da primeira para a segunda convocação e de 30 (trinta) minutos da segunda para a terceira convocação:

Artigo 23 - Do Edital de Convocação da Assembleia Geral devem constar:

- a) Denominação da Associação, número do CNPJ seguida da expressão Edital de Convocação, Assembleia Geral: Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- b) O dia e a hora da reunião em cada convocação, assim como o endereço do local de sua realização;
- c) A sequência ordinal numérica das convocações;
- d) O número de associados, para efeito de cálculo de “quórum” de instalação;
- e) Ordem do Dia dos trabalhos com as devidas especificações;
- f) Nome por extenso, assinatura e cargo do responsável pela convocação.

Parágrafo Único - O Edital de Convocação será afixado em locais visíveis das dependências da AFA-PR, enviado através de Informativo pelo correio eletrônico, aos associados e postado em página eletrônica da AFA-PR e redes sociais.

Artigo 24 - O quórum para a instalação das Assembleias Gerais será:

- I - Primeira Convocação: metade mais um (50% mais 1) dos associados em condições de votar;
- II - Segunda Convocação: Presença, no mínimo, de 1/3 (um terço) dos associados;
- III - Terceira Convocação: com qualquer número de associados.

§1º - Para efeito de verificação do quórum de que trata este artigo, o número de associados presentes, será contado por suas assinaturas no Livro de Presença.

§2º - Para a destituição de membros do Conselho Deliberativo, Diretoria, Conselho Fiscal; assim como para a aprovação de contas e de normas que tratem do aumento ou redução da contribuição mensal dos associados serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

§3º - Para todas as demais matérias serão necessários os votos de metade mais um dos associados presentes na referida Assembleia.

SEÇÃO II

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Artigo 25 - A Assembleia Geral Ordinária, que se realizará, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer do primeiro semestre que suceder ao término do exercício social, podendo ser realizada via web, e deliberará sobre os seguintes assuntos, que devem constar da Ordem do Dia:

- I - Prestação de Contas da Diretoria Estadual, compreendendo:

- a) Relatório da Diretoria;
- b) Balanço Geral;
- c) Demonstrativo das Sobras ou Perdas apuradas;
- d) Parecer do Conselho Fiscal;
- e) Plano de atividade para o exercício seguinte, com respectivo orçamento de receitas e despesas.

II - Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os exclusivos da Assembleia Geral Extraordinária:

§1º - Os membros da Diretoria não podem participar da votação das matérias referidas no item I deste artigo.

§2º - A aprovação do Relatório, Balanço Geral e Demonstrativo das Sobras/ Perdas, desonera seus componentes da responsabilidade, salvo os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como da infração da Lei e deste Estatuto.

SEÇÃO III ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Artigo 26 - A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no Edital de Convocação, podendo ser realizada via web.

Artigo 27 - Será da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I** - Reforma Estatutária;
- II** - Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- III** - Contas dos liquidantes.

SEÇÃO IV CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 28 - O Conselho Deliberativo será formado:

- a) Pelos membros da Diretoria Estadual;
- b) Pelos Coordenadores dos Núcleos.

Artigo 29 - O Conselho Deliberativo será presidido pelo Diretor Presidente.

Artigo 30 - Ao Conselho Deliberativo compete estabelecer e coordenar as políticas de atuação e programas de trabalho da Associação.

Artigo 31 - O Conselho Deliberativo deverá reunir-se sempre que necessário e oportuno, por convocação de seu Diretor Presidente, podendo ser realizada via Web conforme novas regulamentações.

§1º - As reuniões extraordinárias do Conselho Deliberativo serão convocadas pelo Diretor Presidente da Diretoria Estadual ou por convocação de 1/3 (um terço) de seus membros;

§2º - O quórum de funcionamento do Conselho Deliberativo da AFA-PR será o de maioria simples dos seus integrantes;

§3º - As deliberações do Conselho Deliberativo serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes;

§4º - Das decisões do Conselho Deliberativo cabe recurso à Assembleia Geral.

Artigo 32 - Cabe ao Conselho Deliberativo: Analisar e decidir recursos apresentados sobre associados penalizados com suspensão, eliminação e exclusão do quadro de associados:

- a) Referendar a substituição do Coordenador dos Núcleos, conforme as disposições estatutárias;
- b) Aprovar as normas regimentais;
- c) Apreciar as propostas da Diretoria Estadual, para a aquisição de bens com valores que comprometam mais de 20% (vinte por cento) do valor arrecadado com a contribuição mensal;
- d) Participar ativamente de todas as reuniões, manter-se informado sobre as principais propostas e atividades da AFA-PR, e acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela Diretoria, Conselho Fiscal e Núcleos.

SEÇÃO V DIRETORIA ESTADUAL

Artigo 33 - A Diretoria Estadual deverá apresentar a seguinte composição:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice-Presidente;
- c) Diretor 1º Secretário;
- d) Diretor 2º Secretário;
- e) Diretor Tesoureiro;
- f) Diretor Social;
- g) Diretor de Comunicação;
- h) Diretor de Gestão do FAE;
- i) Representante dos Aposentados.

§1º - Os cargos da Diretoria Estadual, Diretor Presidente, Vice-presidente e Tesoureiro serão preenchidos obrigatoriamente por associados efetivos ativos.

§2º - O cargo para representante dos aposentados só poderá ser preenchido por associado efetivo aposentado.

§3º - Os demais cargos poderão ser preenchidos por qualquer associado efetivo.

§4º - Em caso de vacância no cargo de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Tesoureiro, a Diretoria Estadual escolherá o substituto entre seus membros ou Coordenadores de Núcleo, sendo submetido à aprovação pelo Conselho Deliberativo;

Artigo 34 - A Diretoria Estadual deverá reunir-se a cada 3 (três) meses ou sempre que necessário e oportuno, sendo convocada pelo Diretor Presidente ou por 1/3 (um terço) dos seus membros:

§1º - O quórum exigido para as reuniões da Diretoria Estadual será o de maioria simples de seus integrantes.

§2º - As decisões serão aprovadas por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes.

§3º - Das decisões da Diretoria Estadual caberá recurso ao Conselho Deliberativo.

Artigo 35 - Compete à Diretoria Estadual:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral;
- b) Elaborar e submeter à Assembleia Geral a proposta orçamentária de programação anual da instituição;
- c) Executar a programação anual de atividades da associação;
- d) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual;
- e) Administrar o patrimônio da Associação;
- f) Contratar, demitir, definir responsabilidades e supervisionar o trabalho dos funcionários;
- g) Cumprir a convenção coletiva da FETRAVISPP, Federação do Comercio de Bens, Serviços e Turismo do PR, referente aos funcionários da AFA-PR;
- h) Decidir sobre a contratação de serviços especializados que visem auxiliar a administração;
- i) Decidir sobre a origem, criação, arrecadação, avaliação e aplicação dos recursos financeiros;
- j) Decidir sobre a realização de obras, serviços e benfeitorias que visem ampliar, melhorar ou preservar o patrimônio da AFA-PR;
- k) Apresentar ao Conselho Fiscal, anualmente ou quando solicitado, o relatório patrimonial e o balancete financeiro e orçamentário, acompanhado de documentação necessária para análise e avaliação;
- l) Convocar a Assembleia Geral Ordinária, para prestação de contas do exercício;
- m) Propor e aplicar normas regimentais e administrativas, relacionadas aos associados e funcionários da AFA-PR;
- n) Indicar os integrantes da Comissão Eleitoral Estadual;
- o) Designar membros titulares e suplentes para as comissões específicas;
- p) Incentivar a formação profissional e política dos associados;
- q) Promover a realização de eventos culturais, esportivos e recreativos;
- r) Promover seminários, congressos, palestras, de interesse e que auxiliem no desenvolvimento intelectual e profissional dos associados;
- s) Promover intercâmbio com associações congêneres;
- t) Promover o Encontro Estadual de Associados.

Artigo 36 - Compete ao Diretor Presidente da AFA-PR:

- a) Exercer ação diretiva, hierárquica e motivacional sobre o quadro social da Associação;
- b) Representar, ativa e passivamente a AFA-PR, em juízo e fora dele;
- c) Assinar em conjunto com o Diretor Tesoureiro, a abertura de contas bancárias, assinaturas de cheques e toda documentação de interesse da Associação;
- d) Convocar e presidir as Assembleias Gerais e reuniões da Diretoria Estadual;
- e) Divulgar o Processo Eleitoral da AFA-PR;
- f) Fornecer a documentação necessária para análise do Conselho Fiscal;
- g) Apresentar na Assembleia Geral Ordinária, o Relatório Geral de Atividades da Diretoria Estadual e o Relatório Patrimonial;
- h) Rubricar os livros referentes à administração;
- i) Delegar poderes e atribuir tarefas aos demais diretores e associados da AFA-PR;
- j) Coordenar as ações da Diretoria Estadual;
- k) Implementar as deliberações e resoluções da Assembleia Geral;
- l) Aplicar as penalidades previstas neste Estatuto;
- m) Admitir e demitir funcionários da associação em decisão conjunta com demais diretores.
- n) Poderá ficar responsável pelas assinaturas bancárias, até 30 dias após a posse da nova gestão.

Artigo 37 - Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- a) Substituir o Diretor Presidente em suas atribuições no caso de ausência ou impedimento;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) Representar, ativa e passivamente a AFA-PR, em juízo e fora dele;
- d) Dirigir e supervisionar os serviços administrativos da Associação;
- e) Responsabilizar-se pelos convênios da AFA-PR.

Artigo 38 - Compete ao Diretor 1º Secretário:

- a) Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral e redigir as atas;
- b) Fiscalizar a organização das correspondências, livros e arquivos da AFA-PR;

Artigo 39 - Compete ao Diretor 2º Secretário:

- a) Substituir o Diretor 1º Secretário em suas ausências;
- b) Assessorar o Diretor 1º Secretário;
- c) Divulgar as informações da Diretoria Estadual junto aos associados.

Artigo 40 - Compete ao Diretor Tesoureiro:

- a) Administrar e coordenar as atividades financeiras;
- b) Movimentar em conjunto com o Diretor Presidente, os recursos financeiros da Associação e assinar cheques;
- c) Abrir contas bancárias em nome da AFA-PR, acompanhado do Diretor Presidente;
- d) Manter as contas pagas pontualmente;
- e) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- f) Manter em ordem a documentação financeira, funcional, patrimonial em geral;
- g) Manter em dia os lançamentos de crédito e débito de associados referente a convênios e empréstimos;
- h) Atender as solicitações do Conselho Fiscal, quanto à apresentação de documentos e/ou esclarecimentos e implementar as suas recomendações.
- i) Poderá ficar responsável pelas assinaturas bancárias, até 30 dias após a posse da nova gestão.

Artigo 41 - Compete ao Diretor Social:

- a) Elaborar o Plano de Atividades Socioculturais da Associação, acompanhado dos respectivos orçamentos e submetê-lo à apreciação da Diretoria Estadual;
- b) Promover e incentivar o intercâmbio sociocultural entre as associações e entidades;
- c) Realizar e promover campanhas de vendas de bens diversos, de interesse do quadro social;
- d) Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas;
- e) Articular convênios sociais e comerciais;
- f) Colaborar na organização das reuniões e assembleias.

Artigo 42 - Compete ao Diretor de Comunicação:

- a) Responsabilizar-se pela organização do informativo e pela atualização do site da AFA-PR;
- b) Planejar e executar atividades de comunicação referentes à divulgação e propaganda do plano de trabalho dos diferentes órgãos administrativos junto aos associados;

- c) Divulgar a Associação e suas atividades, através dos meios de comunicação em massa, sempre que necessário;
- d) Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas.

Artigo 43 – Compete ao Diretor de Gestão do FAE:

- a) Cumprir e fazer cumprir o regulamento do FAE;
- b) Presidir a Comissão Estadual do FAE;
- c) Analisar em conjunto com a Comissão do FAE a solicitação dos recursos e dar parecer;
- d) Encaminhar documentação dos pedidos aprovados à tesouraria;
- e) Prestar contas nas reuniões do Conselho Deliberativo, quanto aos empréstimos dos recursos do FAE.

Artigo 44 – Compete ao Represente dos Aposentados:

- a) Promover integração entre AFA-PR e AAPER – Associação dos Funcionários Aposentados do Instituto EMATER
- b) Ser elo, defender, orientar, informar e manter contato com os aposentados associados;
- c) Apoiar a área administrativa da AFA-PR nos temas relativos aos aposentados;
- d) Apoio na organização dos eventos;
- e) Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas.

SEÇÃO VI

NÚCLEO CENTRAL E NÚCLEOS REGIONAIS

Artigo 45 - Os associados da Unidade Estadual e das Regiões Administrativas do Instituto EMATER estarão representados pelo Núcleo Central e Núcleos Regionais, respectivamente:

§1º - A abrangência operacional dos Núcleos Regionais será correspondente às Regiões Administrativas da EMATER.

§2º - Poderá ocorrer fusão ou formação de novos núcleos, desde que sejam ouvidos os associados dos núcleos interessados, através de plebiscito, referendados pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 46 - Composição da Coordenação do Núcleo:

- a) Coordenador;
- b) Vice - Coordenador;
- c) Diretor Social.

Parágrafo Único – O associado efetivo poderá assumir qualquer um dos cargos da composição da Coordenação do Núcleo.

§1º - Em caso de vacância do cargo de Coordenador do Núcleo, assume o Vice – Coordenador.

§2º - Em caso de vacância dos cargos de Vice - Coordenador ou de Diretor Social, o Núcleo, mediante eleição regional, escolherá o substituto.

§3º - Em caso de Vacância da Coordenação do Núcleo, a Diretoria Estadual convocará eleição regional em até 60 (sessenta) dias para a escolha da nova Coordenação, que terá mandato tampão até o final da Gestão Estadual.

Artigo 47 - Compete ao Coordenador do Núcleo:

- a) Participar ou delegar representante da coordenação do núcleo para as Reuniões do Conselho Deliberativo;
- b) Divulgar e aplicar as deliberações da Assembleia Geral e orientações do Conselho Deliberativo e da Diretoria Estadual;
- c) Desenvolver atividades de interesse dos associados do Núcleo.

Artigo 48 - Os Núcleos poderão realizar Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias para tratarem de assuntos de interesse regional, com recursos do núcleo para as despesas:

§1º - As Assembleias Gerais do Núcleo serão convocadas pelo seu Coordenador, segundo as determinações deste Estatuto Social;

§2º - As Assembleias dos Núcleos serão instaladas, segundo o quórum previsto no artigo 23 deste Estatuto Social.

SEÇÃO VII CONSELHO FISCAL

Artigo 49 - A administração da AFA-PR será fiscalizada por um Conselho Fiscal, eleito na mesma data, forma e mandato da Diretoria Estadual e Coordenadores de Núcleo.

Artigo 50 - O Conselho Fiscal será formado por 3 (três) membros titulares, sendo Presidente, Vice-Presidente e Secretário e 3 (três) membros suplentes.

§1º - Dos 3 (três) membros titulares, pelos menos, 2 (dois) devem ser escolhidos entre os associados efetivos ativos.

Artigo 51 - O Conselho Fiscal deverá reunir-se ordinariamente a cada 3(três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§1º - O quórum para a realização da reunião do Conselho Fiscal será de 3 (três) membros, sendo, pelo menos, 2 (dois) titulares.

§2º - Em caso de vacância entre os membros titulares, o cargo será assumido por suplente, até o término do mandato.

§3º - Em caso de vacância de até 2 (dois) membros suplentes, não haverá necessidade de eleição de substitutos.

Artigo 52 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar os livros de escrituração da Associação;
- b) Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da Associação;
- c) Solicitar ao Diretor Tesoureiro documentação sobre as operações econômico-financeiras realizadas;
- d) Fiscalizar as atividades e contas da Diretoria Estadual;
- e) Fiscalizar o recolhimento de encargos fiscais e trabalhistas da AFA-PR;
- f) Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;
- g) Fiscalizar e emitir parecer sobre pedidos de empréstimos em favor da AFA-PR;
- h) Fiscalizar e emitir parecer sobre a realização de convênios e sua execução;

- i) Rubricar os livros contábeis e financeiros da AFA-PR;
- j) Emitir Parecer à Assembleia Geral Ordinária sobre a Prestação de Contas do Exercício;
- k) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os recursos do FAE.

SEÇÃO VIII DIRIGENTES

Artigo 53 - Os componentes da Diretoria, do Conselho Fiscal e de Núcleos não poderão ser parentes entre si, em linha reta ou colateral, até o 2º grau e nem ser cônjuges entre si.

Artigo 54 - O mandato da Diretoria Estadual, Conselho Fiscal e Coordenação de Núcleos, terá a duração de 3 (três) anos, sendo vedada a permanência no mesmo cargo por mais de 2 (dois) mandatos consecutivos.

Artigo 55 - O Diretor, Conselheiro Fiscal e Coordenador de Núcleo que, sem justificativa, faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas, ou a 3 (três) alternadas poderá ser afastado do cargo para o qual foi eleito.

Artigo 56 - A AFA-PR não remunera, sob qualquer forma, os ocupantes de cargos diretivos e/ou atividades de seus associados, cujas atuações são inteiramente voluntárias.

Parágrafo Único - Os Dirigentes serão ressarcidos de despesas diretas de alimentação, hospedagem e transporte, quando realizadas no exercício de suas funções, de acordo com as normas internas da AFA-PR.

Artigo 57 - Aos Diretores, Conselheiros Fiscais e Coordenadores de Núcleos será vedado prestar, em nome da Associação, aval, fiança ou qualquer outra garantia em favor de terceiros.

Parágrafo Único - O Diretor, Conselheiro Fiscal e Coordenador de Núcleo, que agir com culpa e/ou dolo, causando danos à AFA-PR, responderá pessoalmente pelos prejuízos causados.

CAPÍTULO V PROCESSO ELEITORAL

SEÇÃO I ELEIÇÕES

Artigo 58 - As eleições gerais para os cargos da Diretoria Estadual, Conselho Fiscal e Coordenações dos Núcleos serão realizadas simultaneamente em todo o Estado, durante o mês de abril, a cada 3 (três) anos.

Parágrafo Único - Para organizar o processo eleitoral, será constituída uma Comissão Eleitoral conforme estabelecido neste estatuto.

Artigo 59 - Compete ao Diretor Presidente, com base neste Estatuto, promover e divulgar o Processo Eleitoral da AFA-PR.

Parágrafo Único - O Processo Eleitoral será feito através de material a ser divulgado aos associados e fixado na sede da AFA-PR, dependências do Instituto IDR - Paraná e publicado nos seus informativos e páginas eletrônicas, com no mínimo 2 (dois) meses de antecedência da data das eleições.

Artigo 60 - O Processo Eleitoral será dirigido por uma Comissão Eleitoral Estadual, composta por 3 (três) associados, sendo 1 (um) presidente e mais 2 (dois) membros, indicados pelo Conselho Deliberativo, por ocasião da divulgação do Processo Eleitoral.

§1º - Os componentes das Comissões Eleitorais não poderão fazer parte da composição de Chapa (s).

§2º - É presumida a participação dos colaboradores da AFA-PR nos trabalhos administrativos e de logística envolvidos durante o processo eleitoral.

§3º - Compete à Comissão Eleitoral elaborar Regimento das Eleições estabelecendo critérios e normativas do processo, sendo este soberano, após aprovação do Conselho Deliberativo.

Artigo 61 - Poderá candidatar-se o associado efetivo que estiverem em dia com suas obrigações estatutárias e desde que seja associado há mais de 2 (dois) anos.

§1º - É vedada a participação do associado a concorrer em mais de uma chapa.

§2º - Os membros da Diretoria Estadual que não tiveram as suas contas aprovadas pela Assembleia Geral, não poderão se candidatar enquanto houver pendências.

Artigo 62 - Para a inscrição serão aceitas somente chapas completas, sendo que as chapas para Diretoria Estadual e Conselho Fiscal, devem ser independentes, conforme previsto neste Estatuto.

Parágrafo Único - Nos Núcleos as chapas deverão apresentar a composição mínima prevista neste Estatuto.

Artigo 63 - Estarão aptas a concorrer as chapas inscritas junto à Comissão Eleitoral Estadual, até as 17 horas do 20º (vigésimo) dia que antecede a votação, em acordo com o calendário eleitoral aprovado.

§1º - A inscrição das chapas deverá ser feita por escrito, devendo constar o nome da chapa, o nome dos integrantes com respectivas autorizações e assinaturas, dentro do prazo estipulado em regimento eleitoral;

§2º - A Comissão Eleitoral, após o encerramento do prazo de inscrição, divulgará para conhecimento do quadro social, as chapas aptas a concorrer ao pleito;

§3º - A Comissão Eleitoral Estadual receberá pedido de impugnação de chapa ou de membros componentes, até 48 horas após a divulgação das chapas concorrentes. A Comissão apreciará a matéria e decidirá em até 24 horas, sendo que não caberá recurso da decisão;

§4º - Caso seja aceita a impugnação de componente (s) da chapa, o (s) candidato (s) excluído (s) deve (m) ser substituído (s) no prazo de até 48 horas, a contar da notificação da decisão, sob pena de toda a chapa ser excluída do processo eleitoral.

Artigo 64 - Na página digital de votação as chapas serão relacionadas segundo ordem de inscrição.

Artigo 65 - Em caso de chapa única, a votação apresentará o nome da chapa e 2 duas quadriculas com as opções SIM e NÃO.

Artigo 66 - As eleições serão por meio eletrônico com regulamento próprio.

CAPÍTULO VI PATRIMÔNIO E RECEITAS

Artigo 67 - O patrimônio da AFA-PR será constituído de bens móveis, veículos, imóveis, bens e valores adquiridos, livros, documentos e receitas.

Artigo 68 - Fontes de recursos da AFA-PR:

- 1) Contribuição mensal dos associados;
- 2) Rendimentos de aplicações financeiras;
- 3) Taxa de administração recebida pela execução de convênios;
- 4) Doações recebidas;
- 5) Promoções realizadas.

Artigo 69 - A aquisição ou alienação de bens, cujos valores sejam superiores ao valor total da contribuição mensal dos associados, somente poderá ocorrer com autorização expressa da Assembleia Geral.

Artigo 70 - A AFA-PR é uma entidade sem fins econômicos e não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto aos seus associados e familiares.

Artigo 71 - Em caso de dissolução da AFA-PR, caberá à Assembleia Geral Extraordinária decidir, em consonância com a legislação vigente, a destinação do seu Patrimônio.

CAPÍTULO VII CONTRIBUIÇÃO MENSAL DOS SÓCIOS, FASER E REPASSE AOS NÚCLEOS

Artigo 72 - A contribuição social do associado efetivo:

- a) Associado efetivo que está na ativa no Instituto será 0,5% (meio por cento) do salário nominal.
- b) Associado efetivo aposentado será 0,5% sobre a soma dos benefícios de aposentadoria (aposentados), mediante comprovante.

§1º O reajuste na contribuição social do associado efetivo aposentado, será anualmente conforme o índice de reajuste do INSS/FUSAN.

§2º - A alteração dos percentuais do presente artigo será reajustada quando necessário em Assembleia Geral Extraordinária;

§3º - Não havendo a comprovação de rendimento pelo associado será cobrado o valor de 5% do salário-mínimo nacional.

Artigo 73 - A contribuição social do associado familiar:

§1º O associado familiar pagará mensalmente o valor de 5% do salário-mínimo nacional.

Artigo 74 - A AFA-PR poderá filiar-se à FASER - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil.

Parágrafo Único - A contribuição mensal, da FASER, se dará em conformidade com o estatuto social da FASER.

Artigo 75 - Do valor total da contribuição mensal, deduzidas as despesas operacionais serão deduzidos os valores correspondentes a seguir:

- a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Extensão;
- b) 5% (cinco por cento) para a contribuição mensal à FASER.

Artigo 76 - Após as deduções relacionadas no artigo anterior, os recursos serão distribuídos da seguinte forma:

- a) 70% (setenta por cento) para a AFA-PR Estadual;
- b) 30% (trinta por cento) para os Núcleos.

Artigo 77 - A destinação dos 30% aos Núcleos será calculada da forma abaixo:

- a) Valor referente aos 30% dividido pelo número total de associados é igual ao valor destinado por associado.
- b) Valor por associado multiplicado pelo número de associados de cada Núcleo.

Artigo 78 - Aos Núcleos será vedada a abertura ou a manutenção de conta corrente em seu nome, bem como o depósito de recursos financeiros obtidos, na conta corrente particular de seus componentes:

§1º - Toda e qualquer receita financeira obtida pelo Núcleo deverá ser depositada na conta corrente da AFA-PR Estadual.

§2º - A AFA-PR Estadual fará controle mensal e individual de cada Núcleo, relacionando receitas, despesas, repasses e respectivas movimentações.

CAPÍTULO VIII FUNDO DE ASSISTENCIA EMERGENCIAL

Artigo 79 - A AFA-PR manterá o FAE com o objetivo de emprestar e prover recursos aos Associados que passam por dificuldades financeiras, em função de doenças, acidentes, sinistros patrimoniais e falecimento.

§1º - As normas de funcionamento do Fundo de Assistência Emergencial estão estabelecidas em regulamento próprio.

§2º - O repasse de recurso ao FAE será definido pela Diretoria Estadual.

CAPÍTULO IX FUNDOS ESTATUTÁRIOS

Artigo 80 - O Fundo de Extensão será constituído por:

- I - 5% (cinco por cento) do valor da contribuição mensal dos associados;
- II - Doações específicas recebidas de parceiros;
- III - Realização de Ação Entre Amigos;
- IV - Sobras de Encontros anteriores.

Parágrafo Único - Os recursos deste Fundo serão utilizados para cobrir despesas da participação de associados em congressos, seminários, encontros, reuniões e outros eventos.

CAPÍTULO X ENCONTRO ESTADUAL DE ASSOCIADOS

Artigo 81 - O Encontro Estadual de Associados, se realizado:

Parágrafo Único - O local e a data da realização serão definidos pela Diretoria Estadual e apresentada ao Conselho Deliberativo para homologação.

Artigo 82 - Os participantes serão escolhidos entre os associados que estão em dia com suas obrigações sociais e que colaborarem nas promoções para arrecadação de recursos destinados ao evento.

§1º - Haverá a participação dos membros da Diretoria Estadual, Conselho Fiscal, Coordenação dos Núcleos e mais percentual proporcional ao número de associados de cada Núcleo.

§2º - No Encontro o associado participante terá direito a voz e voto.

Artigo 83 - As despesas para a realização do Encontro Estadual serão cobertas com os recursos do Fundo de Desenvolvimento aos Associados, doações de parceiros e Ação Entre Amigos.

Artigo 84 - O Encontro Estadual terá uma Comissão Diretora dos Trabalhos.

Artigo 85 - Na Programação do Encontro deverão ser incluídos assuntos de interesse dos associados.

Artigo 86 - Após deliberações as propostas do Encontro serão aprovadas com o voto favorável da maioria simples dos participantes:

§1º - As deliberações e decisões aprovadas no Encontro não poderão ser contrárias ao presente Estatuto.

§2º - Para reconsideração de matéria já votada exige-se o voto favorável de 2/3 dos participantes presentes.

CAPÍTULO XI LIVROS

Artigo 87 - A AFA-PR deverá ter os seguintes Livros:

I - Livro de Atas de Assembleias Gerais e Reuniões do Conselho Deliberativo;

II - Livro de Atas de Reunião da Diretoria;

III - Livro de Atas de Reunião do Conselho Fiscal;

IV - Livro de Presença dos Associados em reuniões;

V - Livros Fiscais, Contábeis e outros obrigatórios.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 88 - A AFA-PR somente poderá ser extinta por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada, com anuência expressa de pelo menos 2/3 (dois



terços) dos associados presentes e em condições de votar.

Artigo 89 - Os casos omissos não previstos neste Estatuto serão resolvidos de acordo com o Código Civil e pelo Conselho Deliberativo da AFA-PR.

Artigo 90 - Os associados não respondem subsidiariamente.

Artigo 91 - Estatuto aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de agosto de 2024. Poderá ser reformado por outra Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Leonel Schier

Diretor Presidente da AFA-PR

Luci Mari de Lima Passos

Diretora 1ª Secretária da AFA-PR

Agostinho dos Santos Lisboa

OAB/PR nº 30361